

## NEGLIGÊNCIA ESTRATÉGICA NA POLÍTICA DIPLOMÁTICA COM A COREIA DO NORTE

Reis Friede\*

### RESUMO

O presente artigo analisa a política diplomática estadunidense em relação à Coreia do Norte. Traçando uma breve retrospectiva histórica, busca lembrar que a crise norte-coreana teve sua gênese na Guerra da Coreia, salientando que a atuação (ou a falta desta) por parte dos líderes norte-americanos acerca da região desde aquele período é uma das causas do atual momento crítico em escala global. Por fim, procura demonstrar que a solução para o imbróglio (aparentemente menos difícil de se resolver do que a Questão Iraniana) passaria por uma necessária aliança estratégica com a Rússia e a China.

**Palavras-chave:** Coreia do Norte. Crise Coreana. Política Diplomática Estadunidense. Negligência Estratégica. Aliança com China e Rússia.

### *STRATEGIC NEGLIGENCE IN DIPLOMATIC POLICY WITH NORTH KOREA*

### ABSTRACT

This article analyzes US diplomatic policy in relation to North Korea. In a brief historical retrospective, it aims to bring to mind that the North Korean Crisis had its genesis in the Korean War and to emphasize that the actuation (or the lack of it) of the US leaders in the region since that period is one of the causes of the critical moment on a global scale. To conclude, it seeks to demonstrate that the solution to the imbroglio (apparently less difficult to solve than the Iranian issue) is a necessary strategic alliance with Russia and China.

**Key Words:** North Korea; Korean Crisis; US Diplomatic Policy; Strategic Negligence; Alliance with China and Russia.

### *NEGLIGENCIA ESTRATÉGICA EN LA POLÍTICA DIPLOMÁTICA CON COREA DEL NORTE*

### RESUMEN

El presente artículo analiza la política diplomática estadunidense hacia Corea del Norte. Trazando una breve retrospectiva histórica, busca recordar que la Crisis Norte-coreana tuvo su génesis en la Guerra de Corea, subrayando que la actuación (o su falta) por parte de los líderes norteamericanos sobre la región desde ese

---

\* Reis Friede é Desembargador Federal, Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Professor Honoris Causa da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR). Contato: <reisfriede@hotmail.com>.

período es una de las causas del actual momento crítico a escala global. Por último, procura demostrar que la solución para el imbróglío (aparentemente menos difícil de resolver que la cuestión iraní) pasaría por una necesaria alianza estratégica con Rusia y China.

**Palabras clave:** Corea del Norte. Crisis de Corea. Política Diplomática Estadunidense. Negligencia estratégica. Alianza con China y Rusia.

## 1. INTRODUÇÃO

Costuma-se definir a política diplomática norte-americana para com a Coreia do Norte, pela (amplamente divulgada) expressão *paciência estratégica*. Todavia, há um evidente equívoco em tal denominação, na exata medida em que tal designação se encontra, deveras, distante de retratar a realidade geopolítica do Extremo Oriente e, em particular, da Península Coreana.

O problema da Coreia é antigo e remonta ao início da década de 1950, ocasião em que – por uma inacreditável falha da política externa norte-americana, conduzida pelo despreparado Presidente Truman, surpreendentemente eleito no pleito de 1948, contra todas as expectativas e pesquisas eleitorais conduzidas naquela oportunidade histórica – Coreia do Sul não foi incluída na zona de defesa prioritária dos Estados Unidos (EUA) no imediato pós-guerra; a Coreia do Norte, apoiada diretamente pela China e, indiretamente, pela União Soviética, sentiu-se livre e, mesmo incentivada, a invadir seu militarmente despreparado vizinho do Sul, buscando unificar, de acordo com seus termos e ideologia política, a península coreana.

O general Douglas MacArthur, em 1951, por ocasião da eclosão do conflito no ano anterior, apresentou, no contexto estratégico de uma efetiva resposta militar àquela aventura *terceiro-mundista*, um plano derradeiro para, com o emprego das forças da Organização das Nações Unidas (ONU), – e com expressa autorização dela (existia, à época, um efetivo total de aproximadamente 370.000 soldados, sendo 325.000 norte-americanos e 45.000 de 15 outros países da ONU) –, encerrar, em definitivo, o problema coreano, unificando ambas as Coreias sob a égide da democracia sul-coreana. Não obstante todas as *lendas* que se formaram a respeito do tema, – inclusive com o absurdo, falso e fantasioso (bem como assim militarmente desnecessário) uso de armas nucleares –, o plano de MacArthur era relativamente simples, como, igualmente, absolutamente lógico, e consistia simplesmente em efetuar bombardeios convencionais, com o emprego massivo das plataformas B-29 disponíveis, contra as bases aéreas chinesas na Manchúria (neutralizando os meios aéreos do adversário e estabelecendo a necessária supremacia aérea) e, eventualmente, também contra grandes concentrações de tropas “voluntárias” (artifício utilizado por Pequim para impedir a formalização de seu envolvimento no conflito), em território chinês, próximas às fronteiras coreanas.

Apesar da reconhecida inteligibilidade da estratégia (lembrando que Mac Arthur chegou a dar um ultimato formal de rendição à China, nestes exatos termos), a mesma custou a sua (surpreendente) destituição em 11 de abril de 1951, levando, por efeito, o Presidente Truman a ostentar uma impopularidade sem precedentes na história norte-americana, o que lhe obrigou, inclusive, a retirar seu nome como pré-candidato democrata à reeleição presidencial de 1952, e, em grande medida, também a todos os problemas que gradualmente conduziram ao atual cenário que melhor seria descrito como de evidente *negligência estratégica*.

## **2. A PROBLEMÁTICA CONTEMPORÂNEA**

A situação factual encontrada na atualidade, – não obstante sua descrita (e inegável) origem histórica de mais de meio século –, remonta, mais proximamente, ao ano de 2002, ocasião em que o então presidente George W Bush foi alertado (assim como seu antecessor Bill Clinton, alguns anos antes), não somente quanto às ambições nucleares norte-coreanas, mas, sobretudo, do início do desenvolvimento das armas atômicas e dos respectivos mísseis balísticos para seu lançamento *dissuasivo* (lembrando que a primeira explosão atômica norte-coreana, ainda que de natureza rudimentar, ocorreu em outubro de 2006<sup>9</sup>). E, em um misto de *arrogância* e *despreparo político*, do então mandatário da Casa Branca, simplesmente nada

---

9 A Disseminação do Conhecimento Científico para o Desenvolvimento das Ogivas Nucleares e dos Meios Balísticos para os seus Respetivos Lançamentos.

É curioso observar que o fim da Guerra Fria trouxe novos (e extremamente complexos) desafios globais, tais como manter a empregabilidade de 540.000 técnicos pós-graduados e altamente qualificados da antiga União Soviética que cuidavam, particularmente, do setor armamentista e, em especial, do desenvolvimento e modernização das armas nucleares e que, sem muitas alternativas socioeconômicas, podem agora, uma vez desempregados (ou subempregados) vender segredos para outras nações, o que, em grande parte, já está (há algum tempo) acontecendo no mundo.

Portanto, o desafio da não proliferação nuclear, no âmbito militar, é muito mais complexo (e de difícil equacionamento) do que se possa imaginar *prima facie*.

Não é por outra razão que países com reconhecidos recursos escassos e com baixíssimo nível de conhecimento científico têm conseguido relativo êxito na construção e no desenvolvimento de armas nucleares, como é, em grande medida, o caso da Coreia do Norte e, em parte, também do Irã (e como também foi, de uma certa forma, o caso do Paquistão em 1998).

Nessa mesma linha de raciocínio, existem muitos cientistas, a exemplo do brasileiro Ricardo Augusto Felício, professor de climatologia da USP, que (simplesmente) defendem a hipótese, segundo a qual o próprio fenômeno do aquecimento global (que surpreendentemente não era sequer comentado nos meios acadêmicos antes da queda do Muro de Berlim) teria sido (para espanto de muitos) literalmente forjado para prover, em caráter substitutivo, um novo contexto de empregabilidade de grandes cientistas, aproveitando a grande massa de pesquisadores, inclusive norte-americanos, que estavam direta ou indiretamente ligados às pesquisas armamentistas nucleares.

foi feito a respeito<sup>10</sup> (notadamente pelo próprio “desvio de foco”, em função dos conflitos do Afeganistão, a partir de 2002, e do Iraque, a partir de 2003).

Com a subsequente posse de Barack Obama<sup>11</sup>, em 2009, o aprofundamento

**10 A Inércia Estratégica de Kennedy nos Primeiros Momentos da Crise dos Mísseis de Cuba**

Não existe nenhuma dúvida plausível de que a repetição de erros históricos é um dos caminhos mais curtos para o desastre. Em julho de 1962, o General Le May informou ao presidente Kennedy que a União Soviética estava concluindo, em Cuba, a instalação de moderníssimas plataformas de lançamento de mísseis de defesa aérea (SAM) SA-2 Guideline, de idêntico modelo que, em 1959, havia derrubado o até então imbatível avião espião norte-americano U2, aprisionando o seu piloto Gary Powers. Tal fato ocorreu mais de três meses antes da famosa Crise de Outubro de 62, quando os mísseis balísticos de alcance intermediário (IRBM's), posteriormente estacionados em Cuba, ainda não representavam uma ameaça real, posto que ainda distantes de sua operacionalidade efetiva.

A resposta de Kennedy foi de que nada deveria (ou poderia) ser feito em se tratando de mísseis de defesa aérea. De pouco adiantou as repetidas advertências de Le May no sentido de que tal iniciativa de Moscou (com amplo apoio cubano) implicava em um projeto muito mais amplo, e que era (exatamente aquele) o momento adequado (pois as forças soviéticas em Cuba ainda não representavam uma ameaça real) de se tomar uma medida (preventiva) verdadeiramente eficaz, objetivando neutralizar uma futura (e grave) ameaça que se vislumbrava no horizonte próximo. A inércia estratégica de Kennedy (que sequer redobrou de forma contundente e expressiva a cobertura de reconhecimento estratégico sobre a ilha, limitando-se a um tímido aumento de voos de U-2 e a um contundente discurso “vazio” no sentido de que “exercia permanente vigilância” sobre Fidel Castro), rendeu ao mundo simplesmente a pior crise que, por pouco, quase conduziu a um holocausto nuclear. E, curiosamente, a história parece repetir os erros do passado, pois acaso em 2002, antes da primeira detonação atômica ocorrida em 2006, os norte-americanos tivessem tomado medidas adequadas (como, por exemplo, as severas sanções econômicas que, aplicadas em 5 de agosto de 2017, pelo Conselho de Segurança da ONU, reduziram em um terço as exportações norte-coreanas, ceifando os cofres de Pyongyang em aproximadamente U\$ 1 bilhão) contra a Coreia do Norte, com toda certeza o mundo não se encontraria na atual situação de extremo perigo para a paz mundial. Todavia, - e não obstante toda a sorte de considerações e ponderações que se possa fazer a respeito do assunto -, tal como no passado, ainda é menos arriscado agir com firmeza de propósitos, através da implantação de um poderoso embargo econômico contra Coreia do Norte, do que simplesmente não agir, permitindo, - por imperdoável omissão estratégica -, que este país complete todo o ciclo tecnológico (inclusive obtendo a bomba de hidrogênio, infinitas vezes mais ameaçadora que o armamento atômico disponível) e os reais meios de lançamento confiáveis, como a capacidade de transporte do armamento (ogiva minituarizada), o necessário veículo de reentrada atmosférica, e os sistemas de precisão e guiagem indispensáveis para a real confiabilidade do armamento em termos militares, tornando, por fim, plenamente operacional uma ameaça termonuclear balística de alcance global.

**11 A Ingenuidade Irresponsável de Barack Obama e o Sedutor Poder de seu Carisma**

Resta curioso observar a extremamente perigosa sedução do poder do carisma.

Se as origens do problema norte-coreano remontam ao governo de GEORGE W. BUSH e, em menor medida, ao do próprio Bill Clinton, certamente ainda poderiam ser plenamente resolvidos durante o governo de Barack Obama (2009 - 2016).

Muitos estudiosos acreditam equivocadamente que Barack Obama foi muito habilidoso em resolver o problema nuclear do Irã. Nada mais falso, pois, em essência, ele apenas adiou um problema que se tornará muito mais grave no futuro, com consequências imprevisíveis para a estabilidade e a segurança internacional.

Porém, na questão coreana, é obrigatório reconhecer que a irresponsabilidade estratégica de Obama se constituiu no elemento chave que conduziu a esta sorte de acontecimentos desastrosos (e a esta verdadeira sinuca) em que o mundo e, em especial, os Estados Unidos se vê

da crise coreana apenas conduziu, por intermédio de um processo de completa *inércia estratégica* (camuflada por um sedutor poder carismático de seu protagonista<sup>12</sup>), a

---

envolvido no presente momento.

A sua negligente e ingênua política para o Oriente Médio (ainda que reconhecidamente iniciada na administração anterior de BUSH), incentivando, dentre outras equivocadas iniciativas, a destituição de Kadafi, - que já havia concordado em cooperar com o Ocidente, entregando inclusive todo o seu material fissil -, apenas sinalizou, de forma extremamente contundente, que somente a posse de um grande arsenal nuclear dissuasivo pode assegurar a perpetuação da dinastia de Kim Jong-Un no poder na Coreia do Norte, praticamente compelindo o mesmo a decidir pela sua auto-preservação no poder, em detrimento da recuperação econômica e social de seu povo, que padece com níveis alarmantes de miséria e fome.

As relativamente duras sanções econômicas que o Conselho de Segurança da ONU impôs à Coreia do Norte em 5 de agosto de 2017 de forma unânime, praticamente ceifando, dos cofres públicos norte-coreanos, um terço das receitas de suas exportações, estimadas em 3 bilhões de dólares (através de uma resolução que proíbe a compra de carvão, ferro, chumbo e frutos do mar, exportados por Pyongyang), somente teriam a eficácia, que hora ingenuamente se espera, se tivessem sido implementadas logo no primeiro mandato presidencial de Obama.

Naquele momento histórico (2009), havia passado apenas três anos da primeira detonação atômica e, conseqüentemente, do primeiro (grande e pretensioso) desafio da Coreia do Norte ao mundo, sendo certo que aquele país estava muito distante de um armamento nuclear verdadeiramente funcional.

Portanto, naquela histórica ocasião, os riscos dessa empreitada eram, se não praticamente nulos, certamente muitíssimo reduzidos.

A presente situação, em face dessa inércia estratégica, é completamente distinta nos dias atuais, em que a Coreia do Norte avança para prover uma plena (e crescente) funcionalidade de seu ainda (temporariamente) incipiente arsenal nuclear, e de seus meios de lançamento e entrega de carga (mísseis balísticos).

## **12 O Poder do Carisma**

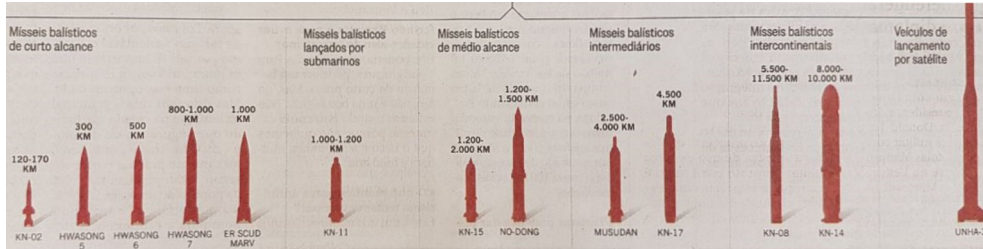
Não obstante não haver qualquer dúvida (razoável) quanto à absoluta inexistência de um legado (verdadeiramente positivo) em relação à administração Obama (exceto, talvez, em assuntos muito pontuais, associados a um relativo avanço dos direitos civis), o governo de Barack Obama, assim como outras péssimas (e por vezes desastrosas) administrações norte-americanas, a exemplo das de Kennedy (1960-1963) e de Jimmy Carter (1976-1980), será lembrado ainda por muito tempo (e para completa perplexidade da maioria dos estudiosos) por supostas realizações (que simplesmente inexistiram), não obstante a marcante incompetência gerencial que, comprovadamente, perseguiu sua administração, particularmente em matéria de política externa, com a correta e correspondente atribuição (embora nem sempre unanimemente reconhecida) de responsabilidade pela desestabilização do Oriente Médio e, conseqüentemente, pelo fortalecimento do islamismo radical (jihadismo), por uma relativa ressurreição da Guerra Fria, além de, igualmente, por ter permitido, em última análise, o (surpreendente) ingresso da Coreia do Norte no seleto clube das potências nucleares com poder global.

Destarte, é cediço reconhecer a enorme (inusitada) popularidade do mandatário que deixou a Casa Branca em 2016, fruto incontestado de um extraordinário carisma pessoal, capaz de empolgar multidões e, surpreendentemente, sublimar todas as inegáveis deficiências administrativas, bem como a própria inaptidão governamental, que, de forma incontestável, marcou (ou deveria ter marcado) o desastroso período presidencial estadunidense de 2009 a 2016.

Vale lembrar que a experiência dos democratas em Washington, nos últimos 100 anos, com a extraordinária exceção de Roosevelt (no período de 1933 a 1945; e que governou durante quatro mandatos consecutivos, quando ainda não havia sido editada a 22ª emenda de 1951, - que passou a vedar a possibilidade de reeleições indefinidas -, e que somente deixou o governo quando veio a falecer), que se constituiu verdadeiramente em um “ponto fora da curva”, traduziu-se, sobretudo, por intermédio de uma impressionante soma de marcantes equívocos

uma conjuntura que, nos dias presentes, claramente limita (ou mesmo impede) a (natural) opção militar pelo atual presidente republicano, Donald Trump<sup>13</sup>.

**Diagrama 1: Mísseis Balísticos Norte-Coreanos**



Fonte: *THE MILITARY BALANCE, 2017.*

e fracassos em política externa, muitas vezes reconhecidos pelos próprios mandatários que, voluntariamente, recusaram uma segunda indicação para a disputa da correspondente reeleição presidencial (Truman, com o mais baixo índice de aprovação da história americana: 22%, no período de 1945-52 e JOHNSON no período de 1963-68; lembrando que ambos sucederam presidentes anteriores que vieram a falecer durante seus respectivos mandatos) ou que, simplesmente, não a obteriam ou efetivamente não a obtiveram (Kennedy 1961-63 e Carter 1976-80). As únicas exceções à regra são exatamente as experiências mais recentes, incluindo justamente os (reconhecidamente) carismáticos Clinton (1993-2000; com seus encantos de “moralidade alternativa” e “aventuras sexuais adolescentes”) e Obama (2009-16; com seu cativante idealismo; autêntica ingenuidade e contagiante capacidade de construir utópicas esperanças).

Por efeito, muito longe de se poder menosprezar o poder do carisma, devemos, ao reverso, ficar permanentemente atentos às armadilhas deste sedutor e sutil poder e, especialmente, do encantamento que o mesmo pode produzir em nossas mentes, confundindo perigosamente a necessária correção (no sentido da imprescindível precisão, exatidão, retidão e justeza) de nosso julgamento.

### 13 A Crise dos Mísseis de Cuba de 1962

Muito embora seja sempre arriscado fazer qualquer tipo de paralelismo histórico, considerando que a dinâmica dos acontecimentos, ao longo do tempo, jamais se repete de igual forma, é, no mínimo, desafiador não deixar de perceber uma certa similitude entre a atual Crise dos Mísseis Norte-Coreanos com o famoso episódio da Crise dos Mísseis de Cuba de outubro de 1962. Não obstante toda sorte de críticas que se possa fazer à postura do Presidente Kennedy, - que, em última análise logrou ter conseguido (de fato) a remoção dos mísseis IRBM's, permitiu, contrapartida, o estabelecimento em definitivo de uma área de influência soviética no hemisfério ocidental -, a verdade é que a atual inércia estadunidense, em relação a questão nuclear norte-coreana, permitindo que aquela nação venha a obter mísseis balísticos intercontinentais (ICBM's) dotados de ogivas termonucleares com possibilidade de alcançar o território norte-americano, de muitas formas, é uma ameaça (até mesmo) mais perigosa do que aquela enfrentada no passado, tendo em vista que, de forma diversa da ameaça cubana, os mísseis de Kim Jong-Un não estarão sob a tutela de uma superpotência, em um contexto mais simples de bipolaridade confrontativa, mas, ao reverso, em uma nova e desafiadora geopolítica global, que será construída através da introdução de um novo protagonista simplesmente imprevisível e que, sobretudo, parece desconhecer (ou, no mínimo, não outorgar grande importância) as regras clássicas da deterrence estratégica que, até o presente momento, asseguraram a paz mundial.

Porém, isso não quer dizer, necessariamente, que não haja solução para a crise coreana.

Ainda que seja cediço reconhecer que o período de autêntica *liderança* norte-americana (no mundo) tenha se encerrado, mormente após o governo de George Bush (pai), em 1992, uma relativa (e incontestável) proeminência (de *capacidade estratégica*) estadunidense, – em todas as dimensões do poder nacional (militar, econômico, político e psicossocial) –, continua a existir, permitindo aos Estados Unidos da América EUA um grande (e inexorável) poder de influência (global) em relação a todos os demais países.

Por via de consequência, resta conclusivo que muito ainda pode ser feito pelos (EUA) a respeito do tema (dispensando-se, entretanto, o emprego de retórica imprudente e inútil<sup>14</sup>, sendo certo que, não obstante a crise coreana seja

---

#### **14 Retórica Imprudente (e de Risco)**

Segundo o Senador CHUCK SCHUMER, “os EUA precisam ser *firmes* e *decididos* com a Coreia do Norte; mas a retórica (vazia e) imprudente não é uma estratégia (adequada) para manter o povo americano seguro”.

De fato, Roosevelt e, posteriormente, Reagan, muito bem demonstraram, em suas exitosas políticas externas, que o *silêncio* combinado com *ações concretas* (ainda que muitas vezes meramente *simbólicas*) revelam-se como instrumentos extremamente eficientes no contexto da dinâmica das relações internacionais, na exata medida que colocam os adversários em uma (interessante) posição defensiva e de (conveniente e) permanente tensão, dificultando, sobremaneira, o *cálculo estratégico*, notadamente contra alguém como Kim Jong-Un, que parece não entender a linguagem diplomática.

No caso da crise norte-coreana, o objetivo final resta claro e evidente: a completa *desmilitarização* da península; o que, entretanto, somente será alcançado com firmeza de propósitos, através de *ações coordenadas* (e intensa cooperação internacional) e não por meio de retóricas vazias (imprudentes e de alto risco) e (dispensável e inútil) *verborragia bélica*.

Pela seriedade da questão coreana, simplesmente não há espaço para Donald Trump incorrer no mesmo erro de Richard Nixon (que, após uma vitória eleitoral muito apertada no pleito de 1968, optou, equivocadamente, por investir em sua carreira política presidencial, - particularmente na fixação, quase que doentia, em buscar um mandato de oito anos, através de sua futura reeleição -, em detrimento de solucionar, em definitivo, o conflito vietnamita).

Vale destacar que, sobre o controvertido *Conflito da Indochina*, forçoso reconhecer que Nixon possuía, desde o início de seu mandato presidencial, a “*fórmula*” para assegurar a vitória estadunidense no Vietnã, considerando que havia sido, durante oito anos (ou seja dois mandatos consecutivos), vice-presidente de Eisenhower e, portanto, compreendia (ainda que por vias transversas) a plena efetividade da *Assimetria Básica* no Campo de Batalha, até por ter vivenciado, em grande medida, o emprego (robustecido), real e simbólico, da *postura militar* norte-americana no conflito coreano e nas diversas crises do estreito de Taiwan.

Em várias conversas com assessores, Nixon sempre se recordava “*de como Eisenhower usou a ameaça nuclear contra a China para forçar o fim da Guerra da Coreia*” (DALLEK Robert. Nixon e Kissinger: parceiros no poder. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 160) e, em recentes revelações de gravações realizadas na Casa Branca, Nixon foi, mais além, ao lembrar taxativamente “(...) *no que Eisenhower fez na Segunda Guerra Mundial: ele dizimou cidades (...); não porque desejasse matar pessoas, mas porque queria terminar a guerra (...)*” e, prossegue, “(...) *por que Truman jogou a bomba atômica?, não porque queria destruir cidades, mas porque desejava encerrar a guerra*

mais urgente, ela é, em certo aspecto (curiosamente) muito mais simples (de ser resolvida) e bem menos desafiadora do que a questão iraniana e *jihadista* (de modo geral) que se encontram, em seu âmago, umbilicalmente associadas às denominadas Novas Guerras, que possuem (inovadores) componentes *transnacionais* (tornando, inclusive, fluidos os conceitos básicos de povo e território) e *transideológicos* (rompendo a concepção de ideologia, em sua tradução clássica).

### 3. A GÊNESE DE UMA ALIANÇA ESTRATÉGICA ENTRE OS ESTADOS UNIDOS, RÚSSIA E CHINA

É fundamental reconhecer que Putin e Xi Jinping<sup>15</sup> são parte da *solução* e não propriamente do *problema*, uma vez que são líderes qualificada e identificadamente *ambiciosos*, (e naturalmente arraigados defensores dos interesses nacionais de seus respectivos países), porém sabidamente *lúcidos* (e extremamente inteligentes e habilidosos). E a história é rica em demonstrar (cf. Hitler, Stalin, Mussolini, Mao Tsé-Tung e Pol Pot, para citar os principais exemplos) que somente os *loucos* (de todos os gêneros) são verdadeiramente perigosos para a paz mundial, posto que (total ou parcialmente) incapazes de mensurar os horrores de uma guerra, como (hoje) são

---

(...); porque Eisenhower levou cidades norte-coreanas pelos ares (...); foi o que acabou com a guerra (...)."

No mesmo sentido, Kissinger sempre alertava que "(...) os comunistas contavam com uma estratégia de baixo custo, consistente em um conflito prolongado, com o objetivo de produzir muito mais uma *derrota psicológica* do que *militar* aos Estados Unidos" (ibidem, p. 159), relutando-se em aceitar a tese de que "um poder de quarta categoria, como o Vietnã do Norte, não tivesse um ponto de ruptura" (ibidem, p. 159).

Todavia, foi, conforme mencionado, a sua persistente fixação com os índices de aprovação de seu governo frente à opinião pública (somente mais tarde ele viria a exteriorizar a consciência pela existência de uma "maioria silenciosa"), - objetivando viabilizar sua reeleição -, mais do que qualquer outro fator, o elemento fundamental que permitiu os eventos desastrosos na Indochina (e, por via de consequência, a afirmação última in casu do fenômeno da Assimetria Reversa).

#### 15 A Arriscada Aposta de XI JINPING

A China arrisca, a médio e longo prazos, uma resposta independente, tanto do Japão como da Coreia do Sul (no sentido de se rearmarem, inclusive com armas nucleares) complicando, sobremaneira, seu planejamento estratégico (e, conseqüentemente, suas ambições globais) no contexto do xadrez geopolítico da primeira metade do século XXI.

A aposta da China (e, em parte, também da Rússia) continua sendo, portanto, na (conveniente) inércia norte-americana (em relação à Coreia do Norte) e na continuada capacidade estadunidense de conter (em favor, neste aspecto, de interesses chineses) os impulsos autônomos nipônicos e sul-coreanos, em favor de um ambicioso projeto de Pequim de se constituir, em um horizonte próximo, em um genuíno (e sinérgico) pólo de poder global, rivalizando, - direta e verdadeiramente -, com os EUA.

Esse é, por via de consequência, um dos "calcanhares de Aquiles" da China que pode, - se bem e inteligentemente articulado por Washington -, ser negociado na crise norte-coreana, criando as condições para a sua dissolução conclusiva.



(ou, no mínimo, aparentam ser) exemplos emblemáticos Kim Jong-un<sup>16</sup>, da Coreia do Norte, e o Aiatolá Khomeini, do Irã (sem deixar de mencionar os *jihadistas*, de modo geral).

Por essa sorte de considerações, certamente não é uma boa ideia, – na presente crise coreana –, simplesmente *nada fazer*<sup>17</sup> (como a história humana é

#### **16 8 KIM JONG-UN e a Coreia do Norte**

Kim Jong-Un não é maior que a Coreia do Norte e nem se confunde com a mesma, assim como Luís XIV (um dos principais apoiadores do conceito do “direito divino dos reis” e que viveu entre 1638 e 1715) não era maior que a França e nem se confundia com esta (que, como bem demonstra a realidade, se desenvolveu politicamente e sobrevive até os dias atuais, independentemente do “Rei Sol”) e, mesmo em menor proporção, Nikita Krushev não era a União Soviética e nem se confundia com a própria (não obstante esta, excepcionalmente, ter deixado de existir, não propriamente em função de seu falecimento em 1971, mas por obra do fim da Guerra Fria em 1991, através de sua herdeira: a Rússia).

Esta é uma ideia, por conseguinte, construída artificialmente e que, independentemente de qualquer consideração que se possa fazer a respeito, concretamente não guarda (verdadeira e, muito menos, total e completa, como desejam defender alguns estudiosos) correspondência com a factualidade existencial. Destarte, resta absolutamente distante da realidade (e até mesmo fantasiosa) a noção (flagrantemente reducionista, em função de uma concretude muito mais complexa) de que uma atitude completamente irresponsável (e, com muito mais razão, uma demonstração inequívoca de loucura), por parte de Kim Jong-Un, - particularmente na condução da crise da península coreana -, não leve à sua (consequente) destituição, por força da própria dinâmica do poder nacional (observada pela ótica das engrenagens políticas em seu nível doméstico), mesmo que consideradas todas as variantes específicas da ascensão dinástica que o conduziu ao poder em dezembro de 2011. Nesse contexto analítico, conveniente se faz recordar que Nikita Krushev, o então todo poderoso mandatário da União Soviética entre 1953 e 1964, foi (surpreendentemente) destituído do poder em 14 de outubro de 1964, permanecendo em prisão domiciliar até a sua morte, não apenas em função de sua condenável perspectiva reformista, mas, sobretudo, pela sua imperdoável condução no episódio da Crise dos Mísseis de Cuba (16 a 28 de outubro de 62), que lhe custou uma inesquecível humilhação pública, com gravíssimas repercussões no Politburo. Por essa sorte de considerações, é cediço concluir que a crise norte-coreana não pode (e muito menos deve) ser analisada sob uma ótica minimalista e subjetiva, que desconsidere uma resposta racional de Pyongyang a ações norte-americanas (necessariamente articuladas com a China e com a Rússia, além do Japão e da Coreia do Sul) muito bem conduzidas (e obrigatoriamente desprovidas de constantes sinalizações político-diplomáticas contraditórias) e que, neste sentido, deixe uma margem de (conveniente) sobrevivência, não necessariamente a KIM JONG-UN, mas, especificamente, ao seu regime, resguardando os interesses da elite dirigente daquele país (o que, por evidente equívoco na condução da Guerra do Iraque, não foi feito em relação ao Partido Socialista Árabe Baath e à elite sunita que dirigia o país desde 1968, com todas as consequências desastrosas que o mundo foi obrigado a, passivamente, assistir).

#### **17 A Aceitação (Estadunidense) de uma Coreia do Norte no Seleto Clube Atômico**

De forma diversa da opinião exteriorizada por Robert Kelly, Professor do Departamento de Ciência Política e Diplomacia da Universidade Nacional de Busan (O Globo, 13/08/2017, p. 41), a questão nuclear norte-coreana encontra-se muito distante de seus pretensos similares no mundo (vd. Paquistão, a partir de 1998), posto que, - de forma diversa das chamadas potências nucleares regionais (Israel, Índia e Paquistão) -, ambiciona (ainda que sem lastro econômico e, portanto,

rica em demonstrar<sup>18</sup>), sendo correto assumir que, no caso da Coreia do Norte, uma aliança estratégica, urgente e verdadeiramente pragmática, com a China e com a Rússia, por si só, já seria potencialmente suficiente (desde que muito bem planejada e, sobretudo, correta e inteligentemente aplicada) para *neutralizar* o poderio norte-coreano, que se encontra ancorado (pelo menos, por ora) em frágeis alicerces econômicos e militares.

Destarte, o caminho lógico (que naturalmente se apresenta) seria a aplicação (imediate) de um completo *embargo econômico* (uma vez que o tempo da possível efetividade quanto ao emprego de *sanções econômicas*<sup>19</sup> já expirou) que

---

fôlego de longo prazo) um extremamente audacioso projeto estratégico que inexoravelmente complicará ainda mais as complexas equações da denominada Teoria da Intimidação (deterrence estratégica), dificultando, sobremaneira, a capacidade adaptativa dos EUA (e, também, da própria China e Rússia, que não desejam a emergência de um novo protagonista nuclear global) e do mundo, de modo geral.

### **18 Operação Gancho de Pato**

A denominada “Operação Gancho de Pato” foi idealizada por uma Junta Militar (liderada, dentre outros, pelo então Coronel Alexander Haig, consultor senior militar adjunto para assuntos de segurança, promovido em outubro de 1969 a patente de general) para ser implementada no início do governo Richard Nixon, em 1969, com o propósito último de invadir militarmente o Sul do Vietnã do Norte, criando uma zona de ocupação (provisória e temporária) que seria transformada em efetiva “moeda de troca” para a obtenção objetiva da total retirada das forças norte-vietnamitas, que, após a ofensiva do Tet, se estabeleceram (de fato) no território sul vietnamita, dificultando, sobremaneira, as chances de êxito do processo de vietnamização, objeto da campanha presidencial vitoriosa de Nixon.

A ideia era criar um incentivo real para que o Vietnã do Norte, de forma verdadeiramente sincera, se sentasse à mesa de negociação para construir um consistente acordo de paz. O argumento dos idealizadores da operação, consistia, acima de tudo, na evidência de que não havia nenhum tipo de incentivo real para que o Vietnã do Norte negocia-se a paz, no contexto da Guerra do Vietnã, o que se tornou um fato histórico, com a consequente derrota do Vietnã do Sul em 1975. O próprio Presidente Richard Nixon (e com mais ênfase seu conselheiro Henry Kissinger), anos após a derrota no Vietnã, reconheceu ter sido um grande erro não ter implementado a denominada Operação Gancho de Pato, logo no início do seu governo, como natural reação à ofensiva norte-vietnamita de fevereiro de 1969, considerando que, caso a mesma tivesse sido conduzida, “(...) a guerra estaria terminada em 1970” (Robert Dallek; Nixon e Kissinger: Parceiros no Poder, Zahar, RJ, 2009, p.169); o que, em grande parte, foi confirmado (em termos de estratégia político-militar) com a implementação da exitosa Operação Linebacker II (18 a 30 de dezembro de 1972) que, - em resposta ao impasse que se seguiu à contenção norte-americana à Ofensiva Leste (Ofensiva da Primavera), no início de 1972; logrou compelir os norte-vietnamitas a assinarem os Acordos de Paz de Paris, no início de 1973, colocando termo (formal) à Guerra do Vietnã (ainda que, reconhecidamente, os mesmos, à revelia de uma reação mundial, tenham posteriormente, rompido o acordo, retomando o conflito e invadindo militarmente o Vietnã do Sul, e vencendo, em definitivo, o conflito, em seus termos). Portanto, resta evidente que, não obstante as marcantes diferenças de cenários, não há como compelir a China a uma colaboração plena na crise norte-coreana se não forem criados incentivos (verdadeiramente poderosos) que tornem a opção chinesa em colaborar verdadeiramente mais vantajosa para esta nação do que a sua (conveniente) omissão no episódio epigrafado.

### **19 Sanções Econômicas e Embargo Econômico**

Sanções Econômicas e Embargo Econômico não são expressões sinônimas e nem mesmo

(simplesmente) sufocaria, de modo agudo e irreversível, a frágil economia daquele país (lembrando que tanto ogivas nucleares como mísseis balísticos possuem

---

guardam uma correspondência conceitual (necessariamente) direta.

Ambos instrumentos, todavia, objetivam finalisticamente uma mudança de comportamento, por parte dos Estados (objeto do expediente punitivo), ainda que através de mecanismos (que podem ser considerados) completamente distintos e que não aludem (obrigatoriamente) a questões apenas econômicas, ainda que reconhecidamente seja esta a modalidade mais comum de implementação.

Sanções, de forma ampla, aludem às mais variadas modalidades de ações empregadas, por um (concepção unilateral) ou mais Estados, ou mesmo por Organizações Internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), etc. (concepção multilateral), contra um outro Estado (ou um conjunto de Estados), por razões (preponderantemente) políticas, e que se exteriorizam de forma plural (conjugada através de várias e diferentes modalidades) ou de modo singular; como são exemplos básicos: as sanções diplomáticas (redução ou remoção de laços diplomáticos, inclusive com eventual fechamento de embaixadas); as sanções econômicas (comumente associada à restrição de comércio, limitadamente ou não, a determinados setores e que convencionalmente denomina-se de sanções comerciais, ou de natureza mais ampla, incluindo medidas coercitivas de outros âmbitos, inclusive financeiro); as sanções militares; as sanções desportivas (restrição ou proibição de participação de equipes de país em competições internacionais), etc.

Por outro prisma, Embargo, muito embora também possua eventualmente natureza transcendente à esfera econômica, é uma materialização somatória muito mais gravosa (radical) que busca, em alguma medida, o isolamento político-diplomático, econômico e/ou militar de um Estado (ou um grupo de Estados) de forma unilateral ou multilateral.

Uma das mais completas (e radicais) tentativas de embargo econômico aconteceu durante as guerras napoleônicas, ocasião em que, a França buscou estabelecer um “bloqueio continental” contra o Reino Unido, proibindo nações europeias de comercializar com as Ilhas Britânicas.

Mais recentemente, os Estados Unidos, durante a Crise dos Mísseis de Cuba, em outubro de 1962, - ainda que através do emprego de um sofisma designativo de “quarentena” -, aplicaram um isolamento parcial (bloqueio continental), posteriormente abrandado (após a retirada dos IRBM’s pelos soviéticos), contra a Ilha de Fidel Castro, transformando, mais tarde, o mencionado procedimento político-diplomático em embargo comercial que, com o passar do tempo, acabou se tornando praticamente unilateral (por parte de Washington).

Vale frisar que, quanto mais frágil a economia de um país, - como é o caso da Coreia do Norte -, mais efetivas são as sanções econômicas (dependendo, evidentemente, de sua modulação e de sua abrangência participativa) e, - com maior ênfase -, mais eficaz é a própria efetividade de um processo de embargo econômico, inobstante ser cediço reconhecer que, em certas situações, apenas esta última modalidade tem o poder, verdadeiramente derradeiro, de alterar o comportamento político-diplomático de um país, mormente quando o (curto) tempo necessário para a obtenção dos resultados práticos, quanto ao expediente da aplicação de sanções econômicas, não ser compatível com a celeridade necessária à finalidade colimada.

Por efeito consequente, de modo diverso do que foi executado contra Pyongyang (implementação de gradativas sanções econômicas), apenas um completo embargo econômico, com o consequente isolamento total do regime norte-coreano (executado, neste sentido, de forma multilateral), teria o condão de alterar (efetivamente) o comportamento errático da Coreia do Norte no que concerne as suas ações (e atitudes) no âmbito das relações internacionais.

Dessa feita, resta conclusivo que não há mais espaço para a política (passiva) que se convencionou designar por paciência estratégica, posto que o momento exige, em essência, uma necessária lucidez estratégica, abandonando-se, em definitivo, a negligência estratégica que perdurou até o presente momento.

altíssimos custos de manutenção para que permaneçam, de fato, operacionais).

As chances de êxito de um *embargo econômico* completo em relação à Coreia do Norte são muito reais para serem desprezadas. O *isolamento total* do regime de Kim Jong-un<sup>20</sup> o conduziria (prontamente) a uma encruzilhada: negociar um desarmamento nuclear em troca da manutenção de seu regime ditatorial, afiançado pelo poderio da China (criando um autêntico e novo *protetorado* no século XXI) ou, em virtual oposição, um ataque preventivo (de caráter retaliatório) à base militar americana de Guam<sup>21</sup>, no Pacífico (ou mesmo, por absurdo, a Seul, com cerca de 10 milhões de habitantes e que se localiza a apenas 60km da fronteira), sem qualquer propósito prático (pois ensejaria automaticamente uma reação militar que simplesmente retiraria do mapa geográfico a Coreia do Norte), revelando, por consequência, um verdadeiro líder *louco* por trás da conveniente máscara política (concebida pelas circunstâncias históricas da formação e manutenção do regime norte-coreano); o que (convenhamos) teria (apenas) o efeito prático de ensejar a sua imediata destituição do poder, posto que nenhum alto oficial, com real capacidade decisória (e operacional) de disparo dos mísseis balísticos e das armas nucleares de modo geral (e até mesmo convencionais de grande capacidade), arriscaria a sua

## **20 A Única e Verdadeira Arma de que Dispõe KIM JONG-UN no atual Tabuleiro Político Mundial**

A única (e verdadeira) arma de que o mandatário norte-coreano Kim Jong-Un dispõe, - a exemplo do que sucedeu com Cuba, no início do regime de Fidel Castro -, é justamente a capacidade de manietar o ambiente político-internacional, explorando, em seu benefício (e da manutenção de seu regime) a rivalidade sino-estadunidense. E é exatamente esse jogo, que, no passado, permitiu uma extraordinária sobrevida ao (então) cambaleante regime cubano (e em surpreendente desfavor dos líderes americano, que acabou sendo assassinado, e soviético, que encerrou sua carreira em prisão domiciliar, pouco tempo depois do episódio da Crise dos Mísseis) que os EUA não podem se permitir participar, viabilizando (em desfavor de seus interesses nacionais e da própria segurança internacional) a perpetuação de um regime que, em muitos aspectos, está com os dias contados (ainda que formalmente possa continuar a existir no espectro temporal convencional), particularmente se um embargo econômico internacional for plenamente efetivado, com o correspondente isolamento total daquele país.

## **21 A Ilha de Guam**

Guam é uma pequena ilha (e a principal do arquipélago das Marianas) no Oceano Pacífico (com aproximadamente 58 quilômetros de extensão e 19 de largura) em seus pontos mais distantes), que se tornou parte integrante do território norte-americano em 1898, após a vitória estadunidense no conflito com a Espanha (que a tomou dos portugueses em 1565, e que, por sua vez, a descobriram, por obra do navegador lusitano Fernão De Magalhães, em 1521).

A ilha (de 543km<sup>2</sup>) possui status político de território não-incorporado aos EUA (com 162 mil habitantes, todos cidadãos americanos, - sendo 40% da etnia indígena chamorro -, dotado de governo autônomo, governador eleito, Poder Legislativo local e delegados, sem direito à voto na Câmara Federal dos EUA), abrigando três instalações militares, com um efetivo total de aproximadamente 4.000 homens, incluindo a Base da Força Aérea de Andersen (com dotação permanente de bombardeiros B-52G, dentre outros meios aéreos) e a Base Naval de Guam, distando cerca de 3.400km da Coreia do Norte.

Após o fechamento das instalações militares (Base Aérea de Clark e Base Naval de Subic Bay) nas Filipinas em 1992, passou a ostentar redobrada importância estratégica, sendo considerada o "porta-aviões" fixo e permanente dos EUA no Pacífico.

própria vida e de sua família em uma empreitada sabidamente suicida (lembrando sempre que Kim Jong-un não tem qualquer poder efetivo de comando operacional sobre as armas que dispõe, exceto o (relativo) poder político que, por sua própria natureza, possui um caráter necessariamente abstrato).

Para tanto, um acordo global, verdadeiramente efetivo e realista, entre os Estados Unidos, Rússia e China, teria de ser (muito bem) costurado, através, no primeiro caso, de (necessárias) concessões em relação à Ucrânia e à Síria (incluindo o levantamento das sanções econômicas ocidentais contra aquele país) e, no segundo caso, por intermédio de um conjunto de ações de (forte e derradeiro) *incentivo* à total cooperação chinesa na empreitada, lembrando que a China possui muitas razões para não apenas discordar quanto à dimensão do perigo norte coreano, mas, também, para temer os próprios efeitos adversos da aplicação de sanções mais pesadas (e com muito mais razão no que concerne a um embargo econômico) em relação à Coreia do Norte (que vão desde o risco de uma indesejável aceleração do processo de unificação das duas Coreias, que é vista com uma grande ameaça econômica para a China, como, igualmente, pela multiplicação de problemas socioeconômicos em relação aos cidadãos chineses que vivem ao longo da extensa fronteira sino-coreana).

É importante assinalar que *incentivar* (ou mesmo *compelir*) a China a cooperar não é tão difícil como parece. Porém, seguramente, é, a exemplo de qualquer grande desafio, perigoso e (extremamente) arriscado, a ponto de exigir uma redobrada atenção a todos os detalhes envolvidos na questão.

Ressalte-se que convencer uma China (já no seu limite de tolerância em relação a um regime que supunha ter pleno controle) a aderir a um acordo internacional de completo isolamento de Pyongyang sequer ensinaria a necessidade do emprego de ações extremamente radicais que, ao reverso, poderiam ser utilizadas (com plena eficiência) em relação a outros países que continuam (ou eventualmente persistiriam em) comercializar com o regime norte-coreano, como é o caso da Tailândia, que, sem alternativas factíveis, sucumbiria a uma proibição total (com aplicabilidade imediata) de importar e exportar seus produtos para os EUA e seus aliados (e, mais ainda, para todos os países do mundo, através de uma resolução da ONU).

Jamais podemos deixar de ter em mente que nos atuais *Conflitos de Quarta Geração*, – em que, na classificação doutrinária corrente, se insere a crise norte-coreana –, não há mais espaço (exceto por absoluto equívoco, insensatez ou mesmo gravíssimo erro de interpretação ou de cálculo) para as guerras no sentido tradicional do termo, substituídas que foram pela nova concepção de confrontação fundada na manutenção do *status quo* (estabilidade cooperativa) por meio da celebração (permanente) de acordos globais.

Portanto, resta evidente que Donald Trump vai ter que ter a mesma ousadia corajosa de Ronald Reagan que, a seu tempo e através de sua (muito bem lançada) política de *contra-força*, simplesmente venceu a Guerra Fria, – mesmo que por

*pontos* e não por verdadeiro *nocaute* –, quando, de forma extremamente bem conduzida, asfixiou a economia soviética, – obrigando-a à assinatura de diversos pactos bilaterais e mesmo internacionais –, superando um desafio de muito maior magnitude do que o representado, na atualidade, pela Coreia do Norte.

Ainda assim, é importante recordar que foi logo no início do primeiro governo Reagan que o processo de neutralização da ameaça soviética se iniciou, através da corajosa iniciativa de instalação dos mísseis Pershing II e Cruise, na Europa Ocidental, em oposição aos IRBM's SS-20 soviéticos, mesmo contra a forte opinião pública norte-americana e internacional contrárias à medida. Esta pronta resposta à ameaça soviética, – que, no início dos anos 80, ainda representava um perigo extremo para a estabilidade mundial –, não somente inviabilizou seu (ambicioso e muito bem elaborado) planejamento de isolamento da Europa Ocidental em relação à aliança estratégica com os EUA, como bem assim, traçou (de forma muito bem delineada) uma *linha confrontativa* que, gradativamente, através de outras planejadas ações (diplomáticas e militares), muito bem coordenadas (a exemplo do audacioso projeto de Iniciativa de Defesa Estratégica, mais conhecido como “Guerra nas Estrelas”), acabou por asfixiar a economia da URSS, neutralizando a ameaça (até aquela data aparentemente insuperável) representada pela Guerra Fria.

Por efeito, assim como naquele difícil período histórico, existem soluções muito claras (embora naturalmente ambiciosas, complexas e desafiadoras) para a crise norte-coreana que podem ser implementadas por meio de uma (consistente)  *sinalização* (imperiosamente crível) de, por exemplo, uma política de amplo apoio ao *rearmamento do Japão* (com a indispensável alteração constitucional, dentre outras medidas), – independentemente da imediata instalação de sistemas de defesa antibalísticos (conforme já iniciada em território sul-coreano) e, no mínimo, uma séria *ameaça* de instalação de Mísseis Balísticos de Alcance Intermediário (IRBM's), dotados de ogivas nucleares táticas em bases norte-americanas em território sul-coreano (e não apenas a tímida iniciativa de autorizar a Coreia do Sul a instalar mísseis balísticos de maior alcance e de maior potência com ogivas convencionais) –, que certamente funcionariam como um grande *incentivo colaboracionista* por parte da China na questão norte-coreana (dentro de um contexto de concretizar um firme propósito de transformar todas essas ações ou simples ameaças em uma imprescindível “moeda de troca” com a China, no sentido último de compelir aquela nação a uma política de plena *cooperação* quanto ao (necessário) isolamento total do regime norte-coreano. Lembrando por oportuno, que tanto o presidente chinês Xi Jinping, como seu homólogo Vladimir Putin, já sinalizaram (expressamente) concordar com a solução conhecida como “dupla suspensão”: os norte-coreanos desistiriam de seus projetos nucleares (e de seu poderio militar de alcance estratégico-global) e os americanos, em contrapartida, suspenderiam seu ambicioso programa de construção e desenvolvimento de um “escudo anti-mísseis” (do qual o projeto Thaad é atualmente o seu principal componente) e desistiriam da

criação de uma futura (e presumível) *linha contensiva* (de natureza político-militar) com o Japão e a Coreia do Sul, *desnuclearizando*, em benefício recíproco das três partes envolvidas (EUA, Rússia e China), a península coreana<sup>22</sup>.

## **22 Os (Diferentes) Interesses em Conflito**

Se a crise coreana revela-se como uma extraordinária oportunidade de se construir uma inovadora abordagem (de cooperação estratégica) nas relações entre os EUA, a Rússia e a China, é vital (para tanto) que as três partes envolvidas tenham absoluto conhecimento dos diferentes interesses geopolíticos que estão presentes em suas (recíprocas) relações, com o propósito último de promover um necessário consenso, viabilizador, em última análise, da (necessária) imposição de uma imprescindível autoridade internacional em relação, sobretudo, a eventuais aventuras terceiro-mundistas que tenham potencialidade de desafiar a paz mundial e a estabilidade das relações internacionais, como é o presente caso da Coreia do Norte e os futuros desafios de um Irã nuclear e do jihadismo dotado de possíveis armas de destruição em massa. Como preconizava, com mérito propriedade, Zbigniew Brzezinski, “a (preponderância da) rivalidade é inerente em um sistema que funciona sem consenso global” e, portanto, mais do que nunca, resta fundamental alcançar uma repactuação (que, ainda que não elimine, por completo, as arestas naturais de uma confrontação competitiva) que preserve os inúmeros interesses comuns, evitando que, por imperdoáveis equívocos e erros de cálculo, os interesses nacionais (especialmente os artificializados por regimes excepcionais) de países irrelevantes, tornem-se significativos (e mesmo preponderantes).

Se é fato que os chineses não gostam do programa nuclear norte-coreano, não há como negar, entretanto, como bem adverte Hugh White (O Globo, 11/08/2017, p. 27), que a atual situação serve aos seus interesses (maiores) de longo prazo em erodir a liderança estadunidense, apontando, ainda, os (incontáveis) riscos de uma rápida (e não bem planejada e negociada) desintegração do Estado norte-coreano, fazendo emergir, - não somente uma complicadíssima crise de refugiados para o território chinês -, mas uma poderosa (e desafiadora, sob a ótica político-econômica), Coreia unificada. Também, é cediço reconhecer que a China não deseja, com fulcro em um cenário de instabilidade na Coreia do Norte, um significativo aumento do presença militar (permanente) dos EUA na região do Pacífico e, muito especialmente, o desenvolvimento e desdobramento de tecnologias militares revolucionárias, a exemplo dos Sistemas de Mísseis Antibalísticos (ABM’s) que, como no passado (ainda que apenas utilizado como simples “blefe” pela lúcida inteligência de Reagan, como um dos principais instrumentos de barganha com a URSS), desestabilizou o (aparentemente sólido) equilíbrio nas relações EUA-URSS, forjado no contexto da Guerra Fria.

Por outro lado, para os EUA é simplesmente inadmissível (e mesmo impensável) a emergência de uma Coreia do Norte em “pé de igualdade” (estratégico-militar) com a potência ianque, sendo certo que não há como as principais lideranças norte-americanas deixarem de reconhecer a imperiosa necessidade da cooperação (crescente) com os russos e chineses nas questões globais (associado à segurança internacional) e, em especial, na luta contra o jihadismo no complexo cenário das chamadas Novas Guerras.

Há, portanto, não somente um grande espaço de acordos conciliatórios (e consequente repulsa a despropositais linguagens confrontativas), mas uma evidente convergência (cada vez maior) de interesses que podem (e devem) ser explorados com inteligência e sabedoria.

Nesse sentido, o peso das conveniências norte-coreanas devem ser muito bem sopesado, considerando que aludem, restritivamente, à sobrevivência de seu regime (o que pode ser, inclusive, assegurado com um tratado formal que substitua o armistício que pôs fim à Guerra da Coreia, ocorrida entre 1950 e 1953), adicionado a um desejável crescimento e desenvolvimento econômicos, condições que podem muito bem ser pactuadas, - se conduzidas de forma séria, honesta e, sobretudo, confiável (para todas as partes envolvidas) -, em troca das (inaceitáveis) pretensões nucleares de Pyongyang e em favor do término da crise norte-coreana.

Não obstante os evidentes riscos envolvidos nessa empreitada, não pode haver qualquer dúvida plausível de que os riscos de nada fazer (através de uma política de *passividade estratégica*) se apresentam muito mais gravosos a curto e médio prazos, posto que se apresenta (simplesmente) inaceitável a existência de uma Coreia do Norte com plena capacidade funcional de ataque nuclear aos Estados Unidos, através de mísseis de alcance Intercontinental (ICBM's).

Vale, ainda, sublinhar que a passiva aceitação da emergência da Coreia do Norte como grande potência nuclear, no cenário internacional, complicaria, sobremaneira, a tênue equação de equilíbrio, no contexto da denominada *deterência estratégica*, inaugurando (novos) elementos de perigo de difícil mensuração (futura), para a paz mundial.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em muitos aspectos, a crise norte-coreana (a exemplo de todas as grandes situações de *conflagrações*) constitui-se em uma extraordinária *oportunidade histórica* de se construir, – se não propriamente uma nova ordem mundial, ao menos –, uma renovada (e necessária) *repactuação* das relações internacionais: *reconhecendo* (em definitivo) a emergência econômico-militar da nova potência global chinesa (a segunda potência econômica e a terceira militar do planeta), ao mesmo tempo que *realocando*, no cenário global, a Rússia (segunda potência militar e uma das dez maiores economias do mundo), por um lado, e *aceitando*, por outro, o *ocaso* da Europa (leia-se, principalmente, França e Reino Unido, e, em menor grau, a Alemanha) e, fundamentalmente, a decadência (ou mesmo o fim) dos postulados geopolíticos construídos na segunda metade do século XX, principalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial.

No caso do Irã, (em particular) que ainda não detém as ogivas e os mísseis intercontinentais para transportá-las (mas que rapidamente pode vir a obter tal tecnologia ou simplesmente adquiri-la da própria Coreia do Norte), a questão é um pouco menos urgente, mas nem por isto menos importante, até porque,

---

Muito embora não haja dúvidas de que a Coreia do Norte vê os EUA como uma (real) ameaça à sua existência (e, neste sentido, consciente que, para ser levada a sério, precisa de um poder crível de dissuasão militar), resta evidente que KIM JONG-UN (ou, no mínimo, os líderes militares daquela nação), tem plena consciência de que, por absoluta impossibilidade de utilização das armas que vêm sendo construídas, um embargo econômico, em curto espaço de tempo, destruiria a economia norte-coreana, fazendo sucumbir, gradativamente, o regime que tanto deseja sobreviver.

Há, portanto, incontestemente espaço de negociação, - para pôr termo à crise coreana (e para a imperiosa administração do confronto de interesses antagônicos) -, desde que a China e a Rússia assegurem a necessária credibilidade que, lamentavelmente, os EUA deixaram de ostentar, mormente quando, através de suas inconsequentes ações de desestabilização do Oriente Médio, estabeleceram uma verdadeira (e condenável) anti-pedagogia na geopolítica global.



de forma diversa da Coreia do Norte, o Irã possui uma grande potencialidade econômica, a viabilizar, com muito maior facilidade (a médio e longo prazos), suas ambições de se afirmar como uma grande potência militar, com capacidade termonuclear<sup>23</sup>.

### **23 A Questão do Irã Nuclear**

Para qualquer estudioso minimamente atento à dinâmica política global, não resta qualquer dúvida razoável que indique que o Irã não está desenvolvendo um arsenal nuclear com capacidade estratégica. Muito pelo contrário, todos os fatos indicam justamente o contrário, porquanto este país islâmico, de nítida feição radical xiita (amplamente minoritária, representando menos de 20% do universo islâmico), simplesmente não vislumbra outra alternativa para a sua própria sobrevivência como grande potência que outrora foi e que aspira voltar a ser. Não é por outra razão que seu ambicioso programa nuclear já testou e incorporou, ao seu arsenal, Mísseis Balísticos de Alcance Intermediário (IRBM's), como também já adquiriu, de seus parceiros comerciais russos (antes das sanções), submarinos, movidos a diesel, classe Kilo (SSK), com possível capacidade adaptada (em desenvolvimento) de lançar Mísseis Balísticos ou de Cruzeiro (SLBM / SLCM's), - a exemplo do que fez Israel com os submarinos alemães classe Dolphin (já operacionais) -, e avança, à luz de todas as evidências, para o rápido desenvolvimento de Mísseis Balísticos Intercontinentais (ICBM's), com reconhecido auxílio técnico norte-coreano, todos estes a serem futuramente dotados de ogivas nucleares.

Não se trata, portanto, da existência de dúvidas quanto às evidentes intenções belicistas iranianas, mas, ao reverso, de quando esta nação terá todo o seu sistema estratégico-nuclear plenamente operacional, com capacidade de atingir, inclusive, o território dos EUA (paralisando, em estratégia nitidamente dissuasiva, o potencial militar estadunidense), e, mais do que isto, do elevadíssimo risco dessas armas, em versões portáteis e simplificadas, caírem em mãos de terroristas fanáticos, fomentados e orientados (direta ou indiretamente) pelas lideranças (ou parte delas) iranianas, com consequências inimagináveis para a segurança da sociedade americana e da própria sobrevivência futura da democracia ocidental.

Não há como deixar de reconhecer que as lideranças iranianas têm sido extremamente hábeis em ganhar precioso tempo para o desenvolvimento de tecnologia atômica bélica, enquanto simulam, com notável maestria, o desejo de negociar com o Ocidente um suposto e irrealista (até porque também desnecessário) programa nuclear com fins pacíficos para a produção de energia, eis que reconhecido possuidor, em flagrante contraposição, da segunda maior reserva de petróleo e gás do mundo. Salta aos olhos, portanto, que detentores de fontes energéticas baratas e praticamente inesgotáveis tenham que investir somas incalculáveis de recursos em uma fonte energética (para exclusivo fim pacífico) tão controvertida, além de pouco eficiente e perigosa.

É importante ressaltar que, mesmo sob intensa pressão externa, e sofrendo grandes sanções econômicas, o Irã jamais sinalizou qualquer desejo de se curvar às propostas do Ocidente, o que por si só seria motivo suficiente para os EUA e seus aliados iniciarem estudos em direção a uma nova abordagem para com estas lideranças hostis. Entretanto, a miopia de Barack Obama, à época, optou, ao reverso de todas as evidências, pela assinatura de um controvertido acordo que reduz (porém não elimina) a almejada capacidade persa de produzir armas nucleares, ao prever textualmente que Teerã apenas tenha que desligar (e não destruir) dois terços de suas centrífugas que enriquecem o urânio necessário para a obtenção de um artefato nuclear e enviar para o exterior (ou, a critério do Irã, simplesmente diluir) 98% do material já processado (a uma perigosíssima taxa de 20% de enriquecimento) em troca de poder resgatar, quase que de imediato, US\$ 100 bilhões congelados no exterior e, em um curto prazo, poder dobrar as suas exportações de petróleo, além de ter as sanções econômicas gradualmente levantadas, o que permitirá aquela nação rapidamente se reerguer como importante potência regional, desestabilizando a frágil costura geopolítica estabelecida, a duras penas, no Oriente Médio.

Como muito bem já advertia no passado recente Meir Litvak sobre o rascunho do acordo

celebrado, “(...) este se encontra distante de ser o melhor compromisso, porque os iranianos poderão continuar a produzir urânio (...); e o problema apenas seria adiado”, ao passo que o mesmo, sob a ótica dos reais interesses (escusos) dos Aiatolás, consoante preleciona YOSSI Melman, “acabaria por remover qualquer justificativa para um ataque imediato aos locais nucleares iranianos”, como, em essência, deseja Teerã.

Nesse contexto analítico, parece-nos, portanto, obrigatório concluir que o acordo celebrado ficou muito distante daquele que, através de termos e compromissos inequívocos (e perfeitamente comprováveis), encerrasse, em definitivo, o programa nuclear iraniano, com todas as suas inevitáveis consequências, considerando que qualquer outro tipo de ajuste, como o que foi celebrado, sempre permitirá um programa paralelo secreto que inevitavelmente conduzirá, mais cedo ou mais tarde, ao desenvolvimento e à aquisição de armas nucleares por parte do renascido Império Persa.

Com o propósito de se construir uma melhor cognição contextualizante, cumpre, ainda, destacar pronunciamento do ex-Secretário de Defesa Robert Gates (mentor inicial da equivocada tese de se estabelecer um acordo nuclear com o Irã), para quem “o único meio de não ter um Irã nuclear é fazer o governo iraniano entender que sua segurança diminui ao possuir tais armas, em vez de reforçá-la”, o que, convenhamos, é uma afirmativa surpreendente (em seu âmago), à luz de todas as evidências, não apenas no sentido de ser esdrúxula e absolutamente incorreta, mas, com toda certeza, totalmente desconectada com qualquer lógica argumentativa razoável [até porque foi o próprio governo Obama que - após a celebração de um efetivo acordo que conduziu à completa destruição de toda a infraestrutura líbia destinada à construção futura de um arsenal nuclear - incentivou e auxiliou militarmente a derrubada do regime de Muamar Kadafi.

É por demais evidente que as lideranças iranianas, infladas de extremistas (ou simpatizantes), sabem muito bem que, ao contrário desta percepção ingênua, o peso relativo (e a própria estabilidade política) do regime xiita (e seu correspondente prestígio regional e mesmo internacional) aumentará imensamente com a posse de armas termonucleares e seus respectivos meios de lançamento estratégicos.

Pensar de modo diverso, expressa não somente uma autêntica e preocupante *dissonância cognitiva*, como ainda materializa um absurdo hiato entre o *desejo projetativo* e a *realidade observável*, posto que não há qualquer divergência significativa, entre os mais sérios e respeitados especialistas em segurança internacional, no sentido de que a única forma efetiva de não ter um Irã nuclear é impedir, - inclusive, se necessário, com o emprego do poderio militar aeroespacial norte-americano -, que este País obtenha tais armas.

O acordo obtido e tão festejado pela miopia cegante de Barack Obama chega a beirar o absurdo do inacreditável, uma vez que não prevê sequer a destruição da infraestrutura construída clandestinamente, o que permitirá ao Irã, em 10 anos, se cumprir os exatos termos do ajuste, ou em muito menos tempo, se o fizer ao arrepio dos seus termos, a obtenção da bomba atômica. E, pior, os recursos econômicos para tanto (que outrora inexistiam) vão ser liberados, segundo os termos do pacto celebrado, imediatamente.

Ainda que muitos autores, como Siegfried Hecker (Universidade de Stanford), continuem a defender que o acordo celebrado tenha sido “um avanço imenso” ao prever (ainda que com comprovação, no mínimo, duvidosa) que o Irã deixe de produzir plutônio, um subproduto do urânio empregado em mais de 95% das cerca de 15.000 ogivas nucleares ainda existentes no planeta e que é muito mais barato e fácil de fabricar em relação ao urânio (cujo processo de purificação para o uso bélico é extremamente difícil e dispendioso), resta importante esclarecer, todavia, que o Irã, pelos termos do acordo, apenas aceitou refazer o projeto do Complexo de Arak, originalmente destinado a produzir plutônio, limitando, na prática, a produção deste material em quantidades não mais suficientes para produzir, a curto prazo, um artefato nuclear; porém, não sepultou, por completo, tal objetivo, deixando, como bem reconheceu o próprio autor, “esta opção em aberto para o futuro” (Folha de São Paulo, 19/09/2015, p. 5).

Vale lembrar, por oportuno, que na exata medida em que as premissas da *estrutura institucional*, liderada pelos Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial, para promover a cooperação internacional em diversos temas e, sobretudo, na questão da *segurança internacional*, foram *desqualificadas*, criando, em certa medida, um relativo vazio na liderança do chamado Mundo Ocidental, seria razoável supor que potências regionais, - independentemente de suas alianças formais com Washington -, natural e gradativamente, substituíssem os EUA (na defesa de seus próprios interesses, no que concerne às importantíssimas questões de segurança que lhe são absolutamente fundamentais), construindo soluções próprias, com a utilização de seus próprios meios e recursos, inclusive forjando alianças (eventuais e de oportunidade, ou mesmo definitivas) com outras nações identificadas entre si através dos mesmos reptos concernentes à segurança global ou (mesmo) regional<sup>24</sup>.

É o caso do Japão e da Coreia do Sul (respectivamente a terceira e a décima primeira potências econômicas do mundo), na hipótese do desafio norte-coreano; e, de forma mais enfática, o caso de Israel<sup>25</sup> e da Arábia Saudita (incluindo todos os

---

Por outro lado, muito embora o cerne do acordo, segundo o ex-Presidente Barack Obama, tenha sido a verificação e não a confiança, o texto de Viena estabelece que uma comissão conjunta (e não a AIEA) deve analisar os pedidos de visita às instalações mais sensíveis, e que o prazo de análise (para eventual e posterior aprovação) deverá ter duração de 24 dias. Só então serão abertas as portas para os inspetores da AIEA, o que, como bem adverte David Miller (ex-assessor do Departamento de Estado/EUA) “é tempo suficiente para realizar manobras suspeitas e ocultar rastros” (Veja, 22/7/15, p. 65).

Não obstante seja cedo reconhecer que todo erro de política externa norte-americana enseje, tenha ensinado e venha a ensinar consequências irreversíveis para esta nação, - não somente em termos de projeção do poderio militar, mas também (e fundamentalmente) de credibilidade política frente à Comunidade Internacional -, cumpre destacar, neste diapasão analítico, que ter errado no Iraque (em que se acreditou, em 2003, equivocadamente existirem armas de destruição em massa com potencial nuclear), - mesmo com o preço da perda de quase 5.000 soldados -, foi (e continua sendo) muito menos gravoso do que ter errado, alguns anos antes (1998), no muçulmano e instável Paquistão (onde absolutamente nada se fez para impedir o acesso à tecnologia e a incorporação, em seus arsenais, de mísseis balísticos dotados de ogivas nucleares, com graves riscos de serem os mesmos, direta ou indiretamente, desviados para os mais diversos “terroristas de plantão”) e, mais recentemente, na Coreia do Norte (2006), caracterizando a grave crise (e a verdadeira encruzilhada) que o governo Donald Trump se vê envolvido.

#### **24 A Ascensão Autônoma das Potências Regionais Aliadas a Washington**

Embora surpreendentemente tal fato não tenha ocorrido, por reconhecida “negligência benigna” dos aliados estadunidenses que continuam a confiar, muitas vezes por conveniência econômica, na decadente liderança norte-americana, a ascensão autônoma das potências regionais, - Japão e Coreia do Sul, no Extremo Oriente; e Arábia Saudita, Egito e EAU, no Oriente Médio -, é uma realidade (presumível) que, na ausência de uma radical mudança na política externa norte-americana, acabará se materializando, mais cedo ou mais tarde, no horizonte geopolítico da primeira metade do século XXI.

#### **25 O Equívoco de Israel**

Israel, muito provavelmente, cometeu um dos mais graves erros de avaliação estratégica, no que concerne à denominada questão do Irã: confiou e, em uma decisão reconhecidamente

pouco refletida, simplesmente, delegou a solução de um problema vital para sua segurança (e para o destino do Oriente Médio) ao (cambaleante) aliado estadunidense.

Se por um lado, nunca houve dúvidas razoáveis sobre a evidente intenção belicista do Irã, por outro não há, a esta altura, qualquer dúvida, séria e isenta, que não aponte a inevitabilidade do ingresso do Irã no seleto grupo de nações dotadas de armas nucleares, inclusive com capacidade estratégica, uma vez que é de amplo conhecimento o desenvolvimento, por este país, de um Míssil Balístico Intercontinental – ICBM.

Vale lembrar, por oportuno, que o próprio Comandante da Guarda Revolucionária Iraniana, Gen. Massoud Jazayeri, - em crescente prestígio na hierarquia política da sociedade persa -, tem afirmado textualmente que o Irã possui um plano de dissuasão estratégica “que deixaria o inimigo arrependido se lançasse um ataque contra o país”, tendo sido um dos principais responsáveis e incentivadores do desenvolvimento de mísseis de defesa e ataque (particularmente, os sistemas recentemente instalados no Estreito de Ormuz), destacando-se, inclusive, como um dos protagonistas no apoio à celebração de um acordo com o Zimbábue para o fornecimento de urânio in natura para o enriquecimento projetado a 90%, necessário para a construção de armas nucleares. Dentro deste mesmo contexto analítico, o Gen. James Cartwright, segundo na hierarquia do Estado-Maior das Forças Armadas estadunidenses, revelou recentemente ao Congresso Nacional Americano que em no máximo três anos o Irã possuirá, de forma plenamente operacional, Mísseis Balísticos de Alcance Intermediário (IRBMs), capazes de atingir Israel e, em no máximo cinco anos Mísseis Balísticos Intercontinentais (ICBMs), capazes de atingir os EUA, ambos dotados de ogivas nucleares (o Irã já possui IRBM's operacionais com ogivas convencionais), considerando o alcance da reconhecida assistência técnica norte-coreana (no que concerne à transferência de tecnologia dos vetores e design de ogivas) e o indireto auxílio russo na área de transferência de tecnologia nuclear (finalisticamente para funções pacíficas), habitualmente desviado para fins militares pela liderança política iraniana. Aliás, no que concerne especificamente à Rússia, vale registrar que este País mantém, em relação ao Irã, uma política, no mínimo ambígua. Ao mesmo tempo que não deseja desencadear uma corrida armamentista no Oriente Médio e armar um País com um “radicalismo islâmico contagiante” que poderia, em futuro não muito distante, causar-lhes sérios problemas em suas regiões de população muçulmana (ex vi: Chechênia), por outro lado, igualmente, deseja preservar os expressivos lucros com as vendas de armas sofisticadas (e tecnologia nuclear: ressalte-se, por oportuno, que somente a Usina de Bushehr, no Golfo Pérsico, injetou nos cofres russos US\$ 1 bilhão) que tanto têm preocupado os EUA, como os moderníssimos mísseis terra-ar (SAM)S-300, - que, desde 2005, tiveram suas entregas adiadas sucessivas vezes por pressões americanas -, e que com toda a certeza, dificultariam, sobremaneira, um ataque aéreo preventivo israelense ou mesmo estadunidense].

O conhecido resultado (pífio) da tão propalada Cúpula de Líderes em Washington sobre Segurança Nuclear, ocorrida em 2010, neste sentido, não somente comprovou a absoluta ingenuidade do ex-presidente Barack Obama,- como, aliás, bem asseverou o próprio Mahmoud Ahmadinejad -, mas, igualmente a reconhecida aposta equivocada de Israel em confiar incondicionalmente no aliado norte-americano e em sua (suposta e continuada) disposição de desempenhar a função de garantidor do status quo e, conseqüentemente, da paz mundial e, em particular, do Oriente Médio.

Aliás, em uma rápida análise, constata-se, com relativa facilidade, que os EUA nunca se qualificaram propriamente na condição de um aliado histórico incondicional de Israel, conforme tanto se divulga aos quatro ventos. Muito pelo contrário, em todas as situações em que a sobrevivência do Estado judeu esteve efetivamente em jogo, foi o heroísmo de seu próprio povo, - e sua admirável e indeclinável determinação -, mais do que qualquer outro motivo, que fizeram prevalecer os interesses hebreus.

Poder-se-ia argumentar, em contraposição crítica, que foi o (suposto) apoio decisivo do Pres. Richard Nixon que permitiu a vitória militar de Israel na Guerra de Yom Kipur, em outubro de 1973. Porém, tal fato (incontestável para muitos) está longe de corresponder a absoluta

verdade. Diferentemente da história “oficial”, Israel encontrava-se, em grande medida, sozinho em 1973, como também encontrava-se, em idêntica posição, na Guerra dos Seis Dias (1967) e, posteriormente, na chamada Guerra de Desgaste (1969-72). Tanto tal fato é verdadeiro que, logo após o confronto de 1967, reconhecidamente isolado (e condenado pela Comunidade Internacional por ter tomado a iniciativa do ataque preventivo), Israel tratou de buscar e desenvolver, - utilizando todos os meios disponíveis -, tecnologia nuclear bélica dissuasiva, o que logrou obter, inicialmente no final da década de 60 e, de forma plena, em 1972. Oportuno esclarecer, em necessária adição argumentativa, que, em verdade, Israel não buscou somente a necessária obtenção de tecnologia nuclear, mas também desenvolver uma completa e sofisticada indústria bélica que lhe assegurasse plena independência das oscilantes disposições de seus supostos aliados ocidentais em suprir, sem restrições e de imediato, as suas necessidades militares. O obscuro episódio, no que concerne ao acesso e incorporação de explosivos atômicos, - segundo as informações mais confiáveis disponíveis (e documentos secretos americanos, recentemente tornados públicos) -, envolveu, dentre outras manobras espetaculares e altamente sigilosas, o “desvio” de um carregamento de urânio enriquecido suíço, além de aquisições secretas de material sensível na Noruega e em outros países, para o complexo nuclear de Dimona (usina de tecnologia francesa, - presenteada pelos mesmos em agradecimento à participação judia no episódio da Guerra de Suez de 1956 -, que foi o princípio norteador do acelerado desenvolvimento da tecnologia nuclear bélica de Israel, coordenada, mais tarde, por Shimon Peres) que permitiu, por fim, a obtenção de artefatos atômicos plenamente operacionais em 1972, não obstante a primeira e única explosão nuclear (teste atômico) israelense somente ter ocorrido em 22 de setembro de 1979 sobre uma plataforma oceânica ao norte da Antártida, com auxílio técnico da África do Sul. Já, no que alude aos vetores aeronáuticos, o serviço secreto de Israel, em uma audaciosa operação, logrou obter, no final da década de 60, parte do projeto de desenvolvimento do caça francês Mirage III, fabricado, à época, sob licença na Suíça, o que lhe permitiu, através do emprego combinado de técnicas de engenharia reversa o desenvolvimento do caça Dagger (versão produzida através da engenharia reversa, do Mirage V) e, particularmente, do caça Kfir, versão aperfeiçoada (e até mesmo tecnologicamente superior) do Mirage V (comprado por Israel em 1969 de terceiros países, e renomeado Nescher quando passou a ser construído localmente e exportado para a África do Sul e Argentina com a designação de Dagger), utilizando o motor americano GE J-79 do caça F4E Phantom II que Israel possuía a título de estoque de reposição. Sobre a guerra de Yom Kipur, vale esclarecer que, de fato, o que realmente ocorreu, na 1ª semana do conflito de 1973, foi que, surpreendido com a magnitude do ataque árabe, Israel não tinha mais como repor as enormes perdas de equipamentos nos primeiros dias de combate e, - literalmente -, Golda Meir, assessorado por Moshe Dayan, explicou firmemente ao Secretário de Estado americano HENRY KISSINGER que não vacilaria em utilizar as bombas nucleares táticas de que dispunham, armadas em seus A-4 Skyhawk e F-4E Phantom II (em permanente patrulha aérea de alerta), contra os árabes, na situação-limite que se afigurava no horizonte, obrigando aos EUA a estabelecerem uma das maiores pontes aéreas do mundo para rapidamente rearmar o Estado Judeu, inclusive enviando-lhe a mais alta tecnologia militar convencional disponível à época, o que foi decisivo para a reversão de uma possível derrota israelense e, conseqüentemente, para a vitória final na contenda (em essência, os norte-americanos procuraram prover Israel de um expressivo número de caças F-4E Phantom II, aviões de ataque A-4 Skyhawk e helicópteros CH-53 Sea Stallion, além dos mais modernos equipamentos de defesa eletrônica, objetivando não somente anular a surpresa tecnológica dos mísseis anti-aéreos SA-6 Gainful, fornecido pelos soviéticos aos árabes, mas, sobretudo, permitir a necessária reposição das expressivas perdas israelenses nos primeiros dias de combate).

Portanto, nunca foi aconselhável em toda a história de lutas do Estado Judeu (e de tantas outras nações aliadas), - para dizer o mínimo -, confiar cegamente no aliado estadunidense em assuntos de segurança nacional, e, da mesma forma que no passado (quando foram as

ações isoladas de Israel, em 1981, que pôs termo às ambições nucleares de Sadam Hussein e, mais recentemente, em 2007, às idênticas intenções Sírias), mais uma vez não era e nunca foi sensato “delegar” uma missão que deveria ter sido desempenhada através de uma ação liderada por Israel (que contaria com importantes alianças de conveniência com os Estados Sunitas do Golfo Pérsico e, em particular, com o apoio da Arábia Saudita), - especificamente no caso do Império Persa, imediatamente quando a mesma se apresentou como um desafio real (e o Irã ainda não havia se preparado tão efetivamente suas defesas) -, não obstante todas as dificuldades operacionais (distância geográfica, complexidade e dispersão de alvos, entre outras) que a empreitada sempre sinalizou existir.

É importante frisar que, muito embora Israel não possua bombardeiros estratégicos, em seu inventário, a FAI dispõe, em seus arsenais, de versões especializadas dos caças-bombardeiros F-15E Strike Eagle e dos caças táticos F-16D (Block 50/52) Fighting Falcon, nomeados, respectivamente, F-15I Ra’am (Trovão), - dotados com equipamentos de ataque estratégico, tais como o radar AN/APG-70 com capacidade de mapeamento de terreno; suíte de avionics para guerra eletrônica, produzida pela indústria israelense, SPS-21100; maior peso de decolagem e alcance ampliado (4.450km) e com capacidade de transportar 11 ton de armamento -, e F-16I Sufa (Tempestade), - baseado no F-16ES – Enhanced Strategic e também equipado com radar com capacidade de mapeamento do terreno (AN/APG-68); suíte de avionics israelense com possibilidade de lançamento de mísseis de longo alcance (stand-off) e alcance ampliado (4.200km) -, ambos dotados de capacidade de reabastecimento em voo e desdobrados em 127 unidades (102 F-16I e 25 F-15I), sendo certo que, além desses importantes vetores aeronáuticos, sabidamente Israel dispõe de VANT’S de longo alcance (mais de 7.000km), como o IAI Heron TP (Eitan), com capacidade de transportar até 1 ton, que, não obstante, possuiu como função primária missões de inteligência, vigilância e reconhecimento, poderiam ser rapidamente adaptados para missões de ataque, além de Mísseis Balísticos de Alcance Intermediário (IRBM’s) Jericho II (inclusive dotados de ogivas nucleares) que poderiam, - utilizando ogivas convencionais de alto explosivo -, com sistemas de guiagem com precisão CEP (Circular Error Propality) inferior a 30 metros, atingir as instalações nucleares iranianas. Também, é de amplo conhecimento que Israel adquiriu, da Alemanha, Submarinos classe Dolphin com capacidade (adaptada) de lançamento de Mísseis Balísticos ou de Cruzeiro (SLBM/SLCM’s), que ampliaram, sobremaneira, a capacidade estratégico-militar de Tel Aviv. Não obstante, todo este reconhecido potencial militar, e ainda que a destruição dos principais locais nucleares iranianos conhecidos, - a instalação de água pesada de Arak e as fábricas de enriquecimento de urânio em NATANZ (semelhante ao complexo sírio de Al Kibar) e em QOM (esta última ocultada da AIEA) -, sempre tenha se constituído em uma empreitada altamente complexa, na atualidade parece-nos, todavia, uma tarefa simplesmente impraticável, considerando não somente o desdobramento de sofisticados mísseis de defesa aérea (SAM) e de uma sofisticada rede complementar de meios anti-aéreos, como, particularmente, o fato de que toda a operação necessita da permissão de sobrevoo sobre território iraquiano (em função da imprescindibilidade do uso, sobretudo, dos caças-bombardeiros F-15I e, ainda, dos F-16I), hoje sob jurisdição autorizativa de Washington, um improvável defensor de uma ação militar conjunta ou mesmo isolada de Israel contra o Irã. Também, em necessária adição, convém ainda lembrar que o Irã se constitui, nos dias atuais, em uma reconhecida “Potência Balística”, - em decorrência do desdobramento dos diversos Mísseis Balísticos de Alcance Intermediário (IRBM’s) dotados de ogivas convencionais e químicas -, com efetiva capacidade de atingir, com precisão, alvos estratégicos israelenses (inclusive instalações nucleares), caracterizando, no cenário do Oriente Médio, uma autêntica força dissuasiva que, por si só, impediria qualquer ação militar israelense.

“Sabem que o Irã se tornou uma potência balística (...) sabem que se lançarem um míssil contra o Irã, os mísseis iranianos vão cair no centro de Tel Aviv.” Motjaba Zolnur [Adjunto do Representante na Guarda Revolucionária do Líder Supremo do Irã, Aiatolá Ali Khamenei (France Press – 06/04/2010)].

demais países do Golfo Pérsico, além, em parte, do próprio Egito), na questão da ameaça nuclear iraniana.

Por efeito conseqüente, o *dilema* que supostamente se apresenta (e que, ao que tudo indica, tem paralisado as ações estadunidenses e, especialmente, seu gigantesco poderio militar) não pode ingenuamente incluir, no presente momento, a hipótese de *não agir*, mas apenas (e restritivamente) a de *como agir*, seguindo, neste sentido, e sem mais espaços para a presença de verdadeiras *dissonâncias cognitivas*, os importantes, - e sempre atuais -, mandamentos do Gen. George Patton, para quem *“a passividade sempre foi, ao longo da história, uma prescrição para a derrota”*.

## REFERÊNCIAS

DALLEK, Robert *Nixon e Kissinger: parceiros no poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, 160p.

FONTDEGLÓRIA, Xavier. Estados Unidos ameaçam Coreia do Norte com uma “resposta militar massiva”. *El País*, set. 2017. Seção Internacional. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/03/internacional/1504412077\\_373562.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/03/internacional/1504412077_373562.html)>. Acesso em: 18 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Análise: a fórmula para frear Kim Jong-un. *O Globo*. Rio de Janeiro: set. 2017. Seção Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/analise-formula-para-frear-kim-jong-un-21781362>>. Acesso em: 18 set. 2017.

---

Sobre a neutralização da Síria, em especial, vale registrar que a denominada Operação Orchard foi executada pela Força Aérea de Israel (FAI), em 6 de setembro de 2007, através do emprego de sete caças-bombardeiros Boeing F-15I Ra'am (Trovão), - versão modificada da F-15E Stricke Eagle estadunidense -, contra o complexo de Al Kibar, um prédio de concreto (de aproximadamente 47m de largura de cada lado e 24m de altura), situado próximo ao rio Eufrates, que o Mossad (serviço de inteligência israelense) constatou abrigar um reator nuclear, possivelmente construído pelos norte-coreanos.

A decisão de atacar ocorreu imediatamente após a chegada do navio cargueiro Al Hamed a um porto sírio, supostamente transportando urânio da Coreia do Norte, que seria utilizado pelo mencionado reator, - especuladamente semelhante (em função da similaridade dimensional do abrigo fortificado) ao reator norte-coreano de Yongbyon de 20MW, com capacidade, comprovada de produzir material físsil para uma bomba nuclear a cada dois anos -, que encontrava-se (de igual forma ao reator iraquiano de Osirak destruído por Israel em 1981) oculto em prédios enterrados a cinco metros de profundidade.

É de se acrescentar, por oportuno, que a operação em questão foi amplamente facilitada em decorrência da ausência de defesas anti-aéreas sírias (uma vez que optou-se in casu por ocultar o núcleo do reator e os trocadores de calor dentro de uma caixa de concreto que poderia parecer uma instalação de menor importância) e da prévia destruição da estação de radar síria, situada nos arredores de Tel al-Abuad (próximo à fronteira com a Turquia), que impediu a detecção das aeronaves israelenses.

OSWALD, Vivian. Guerra seria desastrosa para as duas Coreias e o Japão, dizem especialistas. *O Globo*. Rio de Janeiro: ago. 2017. Seção Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/guerra-seria-desastrosa-para-as-duas-coreias-o-japao-dizem-especialistas-21700687>>. Acesso em: 18 set. 2017.

TRUMP coloca China contra a parede por resolução de crise com a Coréia. *O Globo*. Rio de Janeiro: ago. 2017. Seção Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/trump-coloca-china-contraparede-por-resolucao-de-crise-com-coreia-21693444>>. Acesso em: 18 set. 2017.

Recebido em: 12 jul. 2017  
Aprovado em: 20 set. 2017